

TECENDO SONHOS NO CONTEXTO DE TERRITORIALIDADES RURAIS: O CASO DAS MULHERES RENDEIRAS DO ASSENTAMENTO MACEIÓ – ITAPIPOCA/CE

Debir Soares Gomes¹
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo²

Resumo: Os estudos que enfocam as relações de gênero no meio rural revelam que a desvalorização e a invisibilidade do trabalho feminino, bem como o papel das mulheres na agricultura familiar são temas recorrentes em diversas análises. A representação de “ajuda” que permeia o trabalho das mulheres rurais é contraposta quando cada vez mais elas atuam no desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis, na transformação da economia, na valorização do seu trabalho e no reconhecimento do seu papel protagonista para o desenvolvimento social, econômico, ambiental e político dos espaços rurais. Este trabalho suscita reflexões sobre as atividades não agrícolas das mulheres no Assentamento Maceió, situado no município de Itapipoca-Ce, que envolvem a atividade artesanal da renda de bilro. As mulheres, organizadas coletivamente, produzem um valor material, mas principalmente, simbólico, ao relacionarem seu trabalho artesanal com a territorialização e a sustentabilidade da comunidade. A partir de suas formas de inserção nos espaços de poder, novas identidades são potencializadas e construídas pelas mulheres, promovendo a participação e o autoreconhecimento no uso e ocupação da terra, na organização do assentamento, nos grupos de produção e nas lutas que envolvem a construção de territorialidades.

Palavras-chave: Território. Assentamento Rural. Mulher rendeira.

Introdução

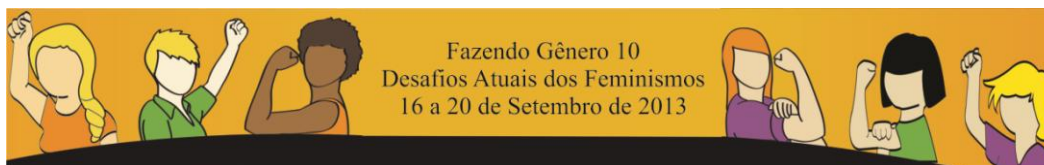
“Olê muié rendeira; Olê muié rendá; Tu me ensina a fazer renda; Que eu te ensino a namorar”
(Zé do Norte)

Os movimentos de mulheres rurais vêm incorporando e assumindo como uma luta das mulheres, não só as reivindicações de lutas feministas de emancipação e mudanças nas relações de gênero, mas também as lutas ambientais e por um modelo de desenvolvimento mais sustentável (Siliprandi, 2007).

Segundo Souza (2008), a relação das mulheres com a natureza se constitui a partir das experiências e interações que essas mulheres constroem historicamente e é dissociada das características próprias do sexo feminino. Tal afirmação comunga com Siliprandi (2000) quando diz que,

¹ Graduada em Economia Doméstica/ UFC; Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFC; Bolsista CNPq; Fortaleza – Ceará – Brasil.

² Professora do Departamento de Economia Doméstica/UFC, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente/PRODEMA/UFC, Fortaleza – Ceará – Brasil.



Não é por terem nascido mulheres, no sentido essencialista do termo, que elas têm a contribuir na discussão de propostas. É porque se tornaram mulheres – e estão inseridas socialmente em atividades específicas, porque têm pontos de vista historicamente e socialmente construídos, que podem oferecer visões sobre o desenvolvimento social que o pensamento e a prática masculinas não são capazes de abarcar (SILIPRANDI, 2000, p. 70).

Deste modo, as mulheres rurais que possuem um conjunto de saberes que envolvem sobretudo o desejo, as emoções, a *res estensa*³ (Viga-Neto, 1996), estão cada vez mais atuando em ações que revelam um protagonismo na construção de novas formas coletivas de organização, pensadas para estabelecer um modelo de desenvolvimento baseado na sustentabilidade sócio-ambiental e na igualdade.

Neste artigo suscito um diálogo que busque compreender o que significam as ações concretas individuais e coletivas das mulheres rurais, no esforço de perceber as relações que envolvem essas mulheres e as questões de sustentabilidade num contexto de territorialidades rurais. Para isso, atendo minhas reflexões sobre as mulheres rurais rendeiras do Assentamento Maceió, localizado na planície litorânea oeste do Ceará, no município de Itapipoca, distante 200 km de Fortaleza.

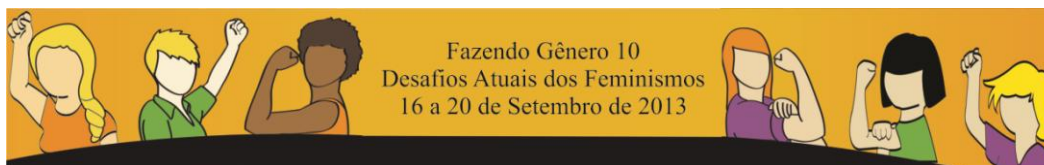
Em uma área de 5.844,72 hectares, o Assentamento possui 336 famílias assentadas distribuídas em doze comunidades⁴. Contudo, atualmente mais de 800 famílias entre assentadas e agregadas vivem no assentamento, que é considerado pelos próprios moradores como o maior assentamento na região do litoral brasileiro.

Entre suas principais características destaco: a luta pelo território (terra, praia e mar) frequentemente ameaçado pela especulação imobiliária; e o desenvolvimento de uma atividade não agrícola realizada exclusivamente por mulheres, que envolve a tradição cultural de confecção da renda de bilro.

Organizadas de forma coletiva no “Grupo de Mulheres Rendeiras Tecendo Sonhos”, essas mulheres, estão também inseridas em problemáticas de natureza política, econômica e social que atingem os recursos ambientais da comunidade. Este trabalho, portanto, parte do entendimento de que as dimensões humanas não podem ser consideradas isoladamente e propõe dar visibilidade às teias da subjetividade que regem as ações no cotidiano coletivo dessas mulheres.

³ A *res estensa* refere-se a realidade do mundo da sensibilidade, no plano das emoções, da des-razão (VEIGA-NETO, 1996).

⁴ Comunidades: Apiques, Bom Jesus, Mateus, Córrego da Estrada, Barra do Córrego, Córrego Novo, Sítio Coqueiro, Jacaré, Humaitá, Lagoa Grande, Maceió e Bode.



As mulheres rendeiras do Assentamento Maceió e a construção de uma identidade territorial

“Um tecido fiz de vida: fios subindo, fios descendo. Um tecido fiz de vida: fios atados, fios cortados. Um bordado fiz no tecido da vida: linhas grossas, linhas finas, cores claras, cores minhas. Uma vida fiz tecida, bordada, quase rendada. Relevos altos e baixos, formas de todo jeito, que trago aqui no peito. E agora, trabalho pronto, até aquele ponto, que não tinha lugar, deu um jeito de se encaixar, fiz textura sem parar” (Rosaly Stefani)

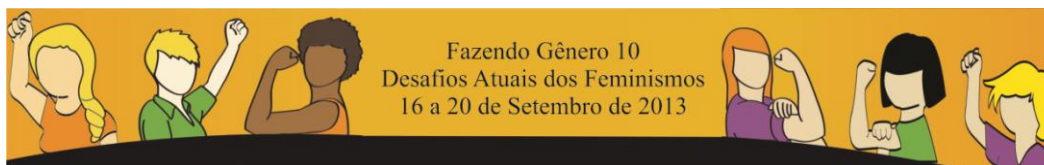
As formas de inserção e construção de espaços de poder das mulheres rurais estão estreitamente vinculadas a sua participação e autoreconhecimento nos processos de ocupação de terra, na organização dos assentamentos, em grupos de produção e em outros eventos políticos, reafirmando que o aprender está para além do adquirir e processar informações, e está cheio de um saber de experiências, numa relação entre o conhecimento e a vida humana (Bondia, 2002).

No saber da experiência, o conhecimento não se refere a um saber essencialmente científico, objetivo, utilitário e impessoal; nem a vida está reduzida a sua dimensão biológica, à satisfação de necessidades em sua maioria fúteis, mas retoma um *páthei máthos* do saber humano, adquirido “no modo como alguém vai respondendo ao que vai lhe acontecendo ao longo da vida e no modo como vamos dando sentido ao acontecer do que nos acontece [...] não se trata da verdade do que são as coisas, mas do sentido ou do sem-sentido do que nos acontece” (Bondia, 2002, p. 5).

Para Bondia (2002, p.3), “a experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para (*dentre muitas outras coisas*) cultivar a arte do encontro” (grifo nosso). Quando se experimenta a “arte do encontro” com as mulheres rendeiras do Assentamento Maceió, observa-se um princípio em suas ações: o contexto de unicidade, pois “o vínculo sociedade-natureza deve ser entendido como uma relação dinâmica, que depende da articulação histórica dos processos tecnológicos e culturais” (Leff, 2007, p. 62).

Considerando que o sujeito histórico e social “é constituído no campo da intersubjetividade, nas relações concretas que estabelece, não há como analisar o seu discurso omitindo o contexto das relações sociais em que ele é produzido” (Zanella; Balbinot; Pereira, 2000, p.236). Assim, é comum haver um entrelaçamento entre o trabalho e a vida cotidiana quando se refere às atividades artesanais, “não existindo uma separação entre trabalho e modo de vida” (Almeida, 2011, p.89).

Desta feita, a união dessas mulheres em torno de uma atividade como a renda de bilro, não detém um significado meramente econômico, mas se inserem outros significados de caráter simbólicos na ação coletiva do “tecer a renda”. Segundo Pino (1993, p. 21) *apud* Zanella; Balbinot;



Pereira (2000, p.236), existe “um duplo referencial semântico nos processos de significação: um formado pelos sistemas de significação construídos ao longo da história social e cultural dos povos; outro formado pela experiência pessoal e social de cada indivíduo, evocada em cada ato discursivo”.

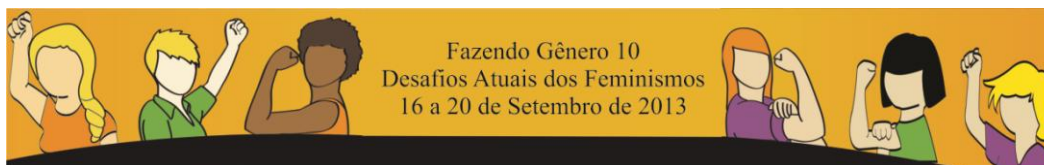
Os significados de caráter simbólico no ato de “fazer renda” do grupo Tecendo Sonhos assumem valores de resistência, de solidariedade e de reciprocidade na construção de um território. A resistência é percebida no processo de luta contra a especulação imobiliária e contra a manipulação e influência política de fortes empresários do setor turístico no Estado. Elas usam o ato coletivo do “tecer a renda” como forma de garantir uma visibilidade por parte dos órgãos governamentais, uma permanência na terra “como um lugar de vida, uma moradia, capaz de acolher e dar sentido a existência, [...] um local de pertencimento, construção real e simbólica do ser, o vir-a-ser que estar em um lugar” (Sauer, 2005, p. 69).

Unidas, atuam na luta pela defesa da praia e pelo direito do ir e vir, que estão ameaçados numa faixa de terra do Assentamento que é situada na zona costeira, área de propriedade da União. Desde 2002, as terras que se limitam com a praia vêm sendo “cobiçadas” para implementação de um complexo turístico por parte de um grande empresário estrangeiro. Em fevereiro de 2007, como resistência e para impedir que qualquer obra fosse realizada até uma decisão definitiva da Justiça, as famílias assentadas construíram o acampamento Nossa Terra, o qual garante a ocupação permanente da área de praia.

A comunidade se alterna em três equipes e as mulheres do grupo “Tecendo Sonhos” estão inseridas efetivamente, pois a luta não é simplesmente por um pedaço de terra ou contra a posse da faixa litorânea da comunidade, mas é pela manutenção de uma cultura enraizada, da relação íntima das famílias assentadas com a praia e o mar.

Portanto, pensar sobre as mulheres rurais rendeiras é pensar também sobre as questões agrárias, as quais permitem perceber que a demanda por reforma agrária vai além dos limites de uma luta pela terra, pois esboça uma luta pela vida, pela sobrevivência, pela dignidade, pelo que agricultores e agricultoras creem ser um direito: o direito de resistência (Siqueira; Hirayma, 2002).

A resistência também emerge nas ações coletivas dessas mulheres no momento em que elas enfrentam de maneira direta a imposição do mercado sobre a forma, o modelo e o tipo de artesanato que elas produzem. A Central do Artesanato do Ceará - CEART, abrangendo as 23 regiões produtoras do Estado do Ceará, desenvolve o Programa Estadual de Artesanato do Ceará com projetos de capacitações do artesanato através do Núcleo de Desenvolvimento da Produção Artesanal,



onde realiza cursos e consultorias para o aperfeiçoamento dos produtos e o gerenciamento das atividades (BNB, 2002).

Entretanto, visando uma produção voltada principalmente para o mercado externo, além de mediar à comercialização entre artesãos e consumidores, a CEART define o tipo de artesanato, estabelecendo a forma, a linha e o modelo a ser produzido. As mulheres do grupo “Tecendo Sonhos”, contrariando inclusive algumas outras mulheres rendeiras do Assentamento, não concordam com essa determinação e muitas acabam por não venderem suas peças, pois optam em manter o direito de criação e escolha.

Essa ação que aqui intitulo de “contracultura”⁵⁵, Thompson (1998) chama de “cultura costumeira”, também reconhecida como “popular”, a que não se dispõe a estar sujeita “em seu funcionamento cotidiano, ao domínio ideológico dos governantes” e compreende essa “inovação do processo capitalista” como uma “expropriação de direitos de uso costumeiros, ou a destruição violenta de padrões valorizados de trabalho e lazer” (Thompson, 1998, p.19), onde se inclui a sabedoria comum da coletividade por meio de sua criatividade.

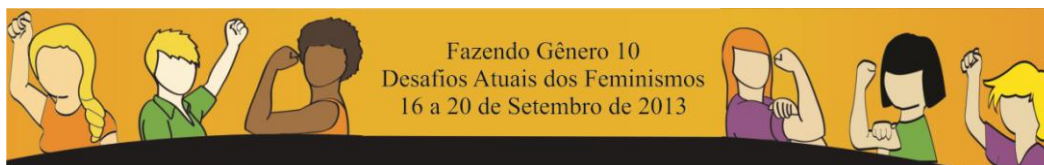
Essas mulheres valorizam seus modos de vida tradicionais e contribuem para a construção de uma economia que difere da economia tradicional dominante. Segundo Oliveira; Junio (2004), a economia tradicional, também referida como economia clássica e neoclássica, busca como principal objetivo a obtenção da eficiência econômica através do crescimento da produtividade e, por conseguinte da produção.

Segundo Todaro & Smith (2003), com o intuito de produzir de forma sempre crescente bens e serviços, alocando um custo mínimo dos recursos produtivos escassos e com crescimento ótimo,

A economia neoclássica tradicional lida com um mundo capitalista avançado de mercados perfeitos; soberania do consumidor; ajustamento automático dos preços; decisões feitas na base dos cálculos marginais, lucro privado, e utilidade; e equilíbrio de resultados em todos os mercados de recursos e produtos. Assume a “racionalidade” econômica e uma orientação puramente materialista, individualista, egoísta na tomada de decisão econômica (TODARO & SMITH, 2003, p.1).

A economia praticada pelo grupo “Tecendo Sonhos” é pautada na solidariedade e não na competitividade. Conforme Arroyo & Schuch (2006, p. 61), “a idéia de solidariedade remete a uma ação humana que corresponde à noção elevada de que o melhor para alguém só se obtém de maneira sustentável se for também o melhor para o outro”. Diferente da caridade pura e simples, “a

⁵⁵ Contracultura neste contexto se refere a não aceitação de uma cultura mercadológica. Entretanto, analisando-se por outro prisma, observa-se que a ação governamental é que se realiza como uma contracultura, contra o modo de saber-fazer das mulheres rendeiras, não mais de forma criativa, mas de modo a atender o mercado.



solidariedade se destaca por esse grau avançado de compreensão de que a solução dos problemas individuais passa pela solução dos problemas coletivos”.

Deste modo, observa-se no caso das mulheres rendeiras que os valores humanos em torno de uma produção material são gerados por relações de reciprocidade, onde a ajuda mútua é desenhada na cooperação e organização do trabalho, e essas “estruturas elementares de reciprocidade” produzem “sentimentos de si mesmo ou sentimentos compartilhados dando lugar à produção de valores éticos ou espirituais” (Sabourin, 2011, p.71).

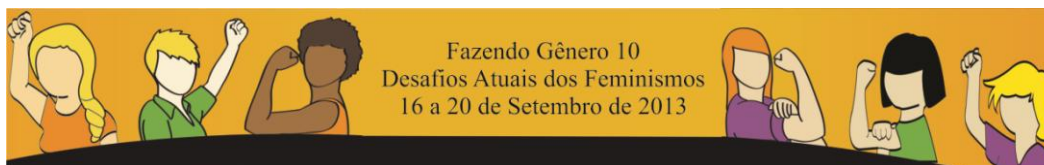
De acordo com Sabourin (2011) a prática da ajuda mútua é uma forma de solidariedade essencial para sobrevivência de várias comunidades, gerando amizades e contribuindo para a constituição do sentimento de pertencimento, confiança e respeito. O trabalho da renda de bilro caracterizado também pelo coletivo, pelo estar junto, exerce uma importante influência na dinâmica do trabalho dessas mulheres. Destarte, estar presente no grupo, fazer parte dele, poder compartilhar suas angústias, ou ainda, que seja uma mera ocupação do tempo, proporciona saúde e bem-estar para essas mulheres.

Ao desenvolverem essa atividade econômica de forma coletiva, as mulheres rendeiras também produzem em suas ações um pertencimento de si e do lugar, e colaboram na constituição do próprio lugar, fortalecendo o território.

O sentir-se parte, ou seja, a concepção de pertencimento, emerge nessas mulheres um princípio de identificação – uma “estética do nós” e faz a relação com o espaço tornar-se afetual, suscitando uma nova concepção às fronteiras desse território, não mais demarcado pelos traços cartográficos, mas a partir de uma “experiência ética”, por aquilo que é compartilhado, pelos moldes do simbólico e pelas linhas estabelecidas pelo cotidiano (Accioly, 2011)

Ou seja, território é lugar de afirmação de culturas, economias, políticas. Local geograficamente estipulado pela necessidade específica de determinadas sociedades de cristalizar seu tempo num espaço, de estabelecer um local de partilha de experiências, construção de mitos comuns, de significar sua existência através da proximidade com o outro com quem se identifica e compartilha uma história comum – a história do lugar (ACCIOLY, 2011, p. 1).

A noção de território (espaço-território) tem contribuído para inovar a concepção do desenvolvimento rural e nesse caso não se trata simplesmente de uma demarcação geográfica (espaço-lugar), mas refere-se a um espaço de concepção cultural, de valor simbólico para construção de identidades e de valor político na relação de espaço e poder, socialmente construído,



organizado e dinâmico; onde pessoas se articulam, constroem e potencializam suas dimensões sociais, culturais, ambientais e político-institucionais (Zapata et al., 2007).

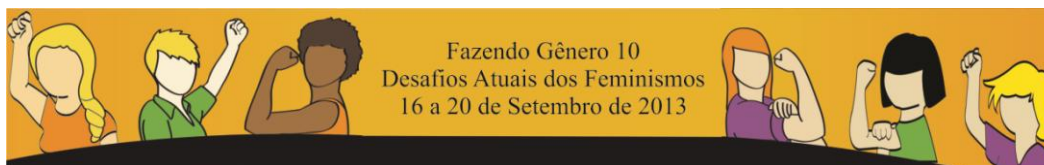
O território como território em movimento deve ser entendido como um espaço físico, enquanto sentido absoluto, objetivo, concreto, material e localizado. Mas principalmente, deve ser entendido no sentido relacional, subjetivo, abstrato, representável e indeterminado, na construção de/como espaços sociais em suas diversas dimensões, em sua complexidade, espacialidade e temporalidade, no plano das idéias, da construção de conhecimentos e suas diferentes leituras de realidades, do sentido e do significado, das divergências e convergências, do diálogo e do conflito (Buainain et al, 2008).

Abramovay (2001) apud Schneider (2006, p. 59) coloca que “um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico”. Como trama de relações, os territórios colidem, são destruídos e recriados por meio de relações de poder, produzindo múltiplas territorialidades e territorializações, desterritorializando e reterritorializando relações sociais, gerando conflitos, negociações, acordos, manifestações, superando e resolvendo problemas, criando-os e recriando-os, desenvolvendo por meio da contradição sua conflitualidade (Buainain et al, 2008).

As relações de poder que um grupo de fora da comunidade exerce sobre um grupo de pessoas de dentro da comunidade, geram um conflito visível entre as famílias, configurando tensões que afetam nas suas relações sociais. Os interesses político-econômicos propostos pelos “de fora” tornam-se claramente distintos dos que balizam a luta das mulheres rendeiras, e o plano de desenvolvimento territorial voltado para expropriação do lugar de vida, afeta ambientalmente o espaço e a paisagem, descaracterizando o território, na tentativa de desterritorializá-lo.

Diante da realidade de conflitos, lutas e resistências, proponho considerar que a partir do grupo “Tecendo Sonhos”, essas mulheres colaboram para construção de uma identidade territorial na busca pela sustentabilidade da comunidade. É importante salientar que a palavra sustentável pode assumir diferentes significados, e essas diferenças afetam a compreensão acerca da sustentabilidade no debate sobre o desenvolvimento e sua relação com a questão ambiental (Arroyo; Schuch, 2006).

Todavia, neste artigo, assumo numa concepção sistêmica a idéia de que “a sustentabilidade visaria preservar não só a natureza e a biodiversidade, mas ainda a heterogeneidade cultural, o pluralismo político e as relações dinâmicas entre o local e o global” (Arroyo; Schuch, 2006, p.51).



Partindo do pressuposto que “o desenvolvimento sustentável é ressignificado a partir da cultura” (Leff, 2006, p.418), as mulheres rendeiras tornam-se protagonistas, quando forjam estratégias na busca de construir um projeto de desenvolvimento com mais participação social e mais sustentabilidade, a partir de suas potencialidades e vocações, num desenvolvimento territorial endógeno (Zapata et al., 2007).

Considerações finais

As mulheres rurais estão cada vez mais saindo da invisibilidade e passando a participar ativamente das decisões que envolvem o lugar onde moram. Neste contexto, as mulheres rendeiras do Assentamento Maceió, ligadas inicialmente pela atividade da renda de bilro, estabelecem um reconhecimento de si como “rendeiras”, “agricultoras” e “ecologistas”.

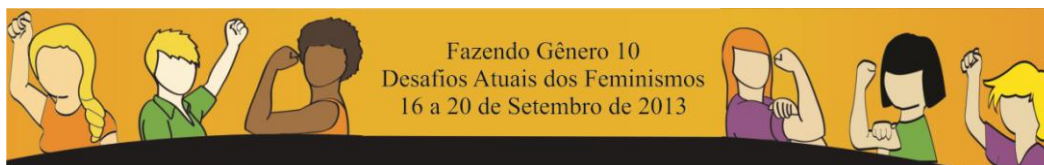
Reconhecendo que “na vida cotidiana, nos movemos de um caminho explicativo para outro em uma dinâmica de emoções” (Moreira, 2004, p. 4), ao refletir sobre o grupo “Tecendo Sonhos”, percebe-se que a incumbência aqui não está fundamentada na intenção de legitimar os saberes locais, mas usar o registro e a documentação como uma ferramenta de afirmação da identidade, de preservação da própria história das ações dessas mulheres.

O resultado de pensar as mulheres rendeiras do grupo “Tecendo Sonhos” como protagonistas de uma luta ambiental, na perspectiva de um trabalho de demarcação territorial, e por um modelo de desenvolvimento diferente, é esperar revelar o empoderamento dessas mulheres, desvendando um poder “diferente” do poder vigente fundamentado na dominação “machista” e “capitalista”.

Referências

ACCIOLY, Cecília Bastos da Costa. *Territorialidades e saberes locais: muros e fronteiras na construção do saber acadêmico*. Cad. CRH, Salvador, v. 24, n. 63, dez. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000300014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 mar. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000300014>.

ALMEIDA, Ana Julia de Melo; MENDES, Francisca R. N.; HELD, Maria Silvia Barros de. *A tradição em fazer renda de bilros: estudo de caso das artesãs da Prainha, Aquiraz-Ce*. IARA – Revista de Moda, Cultura e Arte. São Paulo. v. 4. n° 1. abril 2011. Disponível em: <<http://www.iararevista.sp.senac.br/arquivos/noticias/arquivos/185/anexos/PDF02.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2012.



ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. *Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. (Coleção Brasil Urgente).

BANCO DO NORDESTE. *Ações para o desenvolvimento do artesanato no Nordeste*. 2ed. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2002, 210p.

BONDIA, Jorge Larrosa. *Notas sobre a experiência e o saber de experiência*. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 19, abr. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 18 mar. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>.

BUAINAIN, Antônio Márcio (coord.) et al. *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2008.

LEFF, Enrique. *Epistemologia Ambiental*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MOREIRA, Marco Antonio. *A Epistemologia de Maturana*. Ciência & Educação, v. 10, n. 3, p. 597-606, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v10n3/20.pdf>>. Acesso em: 27 mar 2012.

SABOURIN, Eric. *Sociedades e Organizações Camponesas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

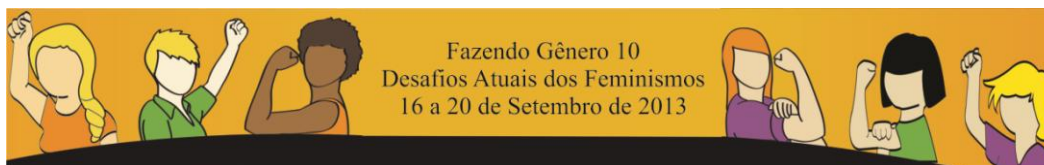
SAUER, Sérgio. O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. In: FRANÇA, Caio Galvão de; SPAROVEK, Gerd (Org). *Assentamentos em debate*. Brasília: NEAD, 2005. p. 58 – 74.

SCHNEIDER, Sérgio. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e em estudo de caso. In: VIVIEN DIESEL, José Marcos Froehlich (Org.). *Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos*. Ijuí: Unijuí, 2006. p. 15 – 63.

SILIPRANDI, Emma. *Agroecologia, agricultura familiar e mulheres rurais*. Revista Brasileira Agroecologia, v.2, n.1, fev. 2007. p.845–849.

_____. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. In: *Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, Porto Alegre, v.1, n.1, jan/mar. 2000. p.61-71. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/n1/11_artigo_ecofemi.pdf>. Acesso em: 20 set. 2011.

SIQUEIRA, Cecília Pessoa Guerra de; HIRAYAMA, Viviane Vinaud. Ocupação: modo de realizar a promessa constitucional de Reforma Agrária. In: MOLINA, Mônica Castagna; JÚNIOR, José Geraldo de Sousa; NETO, Fernando da Costa (Org.). *Introdução crítica ao direito agrário*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 291 – 296.



SOUZA, Iriê Prado de. *Os Sentidos e Representações do Ecofeminismo na Contemporaneidade*. VII Seminário de Pesquisa Ciências Humanas. 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/sepech/arqtxt/resumos-anais/IriePSouza.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2011.

TODARO, M.P.; SMITH, S.C. *Economic Development*. 8. ed. Harlow: Pearson, 2003. (Tradução: Prof. Rogério César, Ph.D.)

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VEIGA NETO, A. J. *Currículo, disciplina e interdisciplinaridade*. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas -SP, v. 17, n.2, p. 128-37, 1996. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_26_p105-119_c.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2012.

ZANELLA, Andréa Vieira; BALBINOT, Gabriela; PEREIRA, Renata Susan. *A renda que enreda: analisando o processo de constituir-se rendeira*. Educ. Soc. [online]. 2000, vol.21, n.71, pp. 235-252. ISSN 0101-7330. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302000000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 Jul. 2012. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302000000200011>>.

ZAPATA, Tânia et al. *Desenvolvimento territorial à distancia*. Florianópolis: SEaD/UFSC, 2007.

Weaving dreams in rural territoriality context: the case of lace makers in Maceió City of Itapipoca, State of Ceará

Abstract: The studies which focus on gender relations in rural area reveal that the underestimation and invisibility of female labor as well as the role of women in family agriculture are recurring themes in various analysis. The idea of “help” which labels the work of peasant women is being rethought once those women are growing more active in the creation of sustainable production systems, economy changing, appreciation of their own work and recognition of their leading role in the improvement of countryside’s social development, economy, environment and politics. This paper brings about reflections upon non-agricultural activities, performed by women in The Maceio Settlement located in the City of Itapipoca, State of Ceará which involves bobbin lace work. The women, organized collectively, produce material value, but mostly symbolic as they relate their craftsmanship to the territorialization and community’s sustainability. From their insertion in the forms of power, new identities are created and built by women, promoting participation and self-recognition in the use and occupation of the land, in the organization of the settlement, in production and in actions involving the construction of territorialities.

Keywords: Territory. Rural Settlement. Lace Making Women.